

Olá, pessoal.

Na aula desta semana comentarei questões de prova do concurso para Juiz do Trabalho. Não se assustem, pois muitas vezes o grau de dificuldade de questões organizadas pelo Cespe/UnB para Juiz do Trabalho é menor do que para Técnico e Analista.

Direito do Trabalho
Questões comentadas do Cespe/UnB
TRT-5ª Região/Juiz do Trabalho/2007

1) Com base no conceito, na natureza, na autonomia, na flexibilização, na desregulamentação e nas fontes do direito do trabalho, assinale a opção correta.

A) O direito do trabalho é dividido em direito individual do trabalho, direito coletivo do trabalho e direito processual do trabalho.

B) Segundo a corrente que situa o direito do trabalho como um direito unitário, prevalecem na legislação trabalhista normas de natureza direito público, sendo, portanto, esta a natureza do direito do trabalho.

C) A autonomia do direito do trabalho evidencia-se nos campos científico, doutrinário, legislativo e didático. No que concerne à autonomia científica, o direito do trabalho é considerado uma disciplina estanque, tendo em vista a peculiaridade de seus princípios e a singularidade de seus institutos, não sofrendo influência de outras ciências e disciplinas.

D) Um exemplo de flexibilização das normas trabalhistas, previsto na Constituição Federal de 1988, refere-se à possibilidade de majoração da jornada de trabalho de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento, mediante negociação coletiva.

E) O laudo arbitral não é considerado uma fonte do direito do trabalho.

Gabarito comentado: A opção correta é a "D". A Constituição Federal traz em seu bojo três hipóteses de flexibilização das leis trabalhistas sob tutela sindical, são elas: a irredutibilidade salarial (art. 7º, VI), a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento (art. 7º, XIV) e a da duração normal do trabalho não superior a oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais (art. 7º, XIII).

A) O erro da assertiva "A" é que o Direito do Trabalho divide-se em Direito Individual e Direito Coletivo do Trabalho.

B) Quanto à letra "B", o erro é que a tese de Direito Unitário defendida por Evaristo de Moraes Filho considera o Direito do Trabalho como uma fusão dos ramos de Direito Público e de Direito Privado.

C) O Direito do Trabalho é autônomo, possuindo princípios próprios e institutos peculiares, porém, ele sofre influência de várias disciplinas e de outra ciências, como, por exemplo, a sociologia, a física, a química no que se refere às condições insalubres, etc.

E) "O laudo arbitral é decisão de caráter normativo tomada por alguém escolhido por entidades juscoletivas, no contexto de negociação trabalhista, para a incidência no âmbito das respectivas bases sindicais" (Maurício Godinho Delgado). Assim, o jurista mencionado alerta que a arbitragem seria compatível apenas com o Direito Coletivo de Trabalho sendo considerada fonte formal heterônoma. Quanto ao Direito Individual do Trabalho, ele alerta que há dúvidas na doutrina da compatibilidade da arbitragem com tal ramo do Direito do Trabalho.

2) Considerando as fontes formais do direito do trabalho, seu conceito, classificação e hierarquia, conflitos de normas e suas soluções; interpretação e aplicação do direito do trabalho, o papel da equidade e a eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço; revogação, irretroatividade e direito adquirido no direito do trabalho, assinale a opção incorreta.

- A) O regulamento interno da empregadora não é considerado fonte formal do direito do trabalho.
- B) A teoria do conglobamento é utilizada como método para se aferir a norma mais benéfica ao empregado.
- C) De acordo com a legislação trabalhista vigente, a jurisprudência é uma fonte de integração da lei.
- D) Se determinada pessoa física for contratada no Paraguai, por pessoa jurídica de nacionalidade paraguaia, para prestar serviços no Brasil, inexistindo qualquer dispositivo no contrato individual do trabalho regulando de maneira contrária, a norma trabalhista aplicável será a vigente no Brasil à época da prestação.
- E) Havendo dois regulamentos estabelecidos pela empregadora, disciplinando as mesmas matérias, a opção do empregado por um deles importará a renúncia às regras previstas no outro.

Gabarito comentado: A opção incorreta é a letra "A", uma vez que o regulamento da empresa é considerado fonte formal do Direito do Trabalho, segundo o jurista Maurício Godinho Delgado. Ressalta o jurista que a jurisprudência vem negando natureza e efeito de regra jurídica ao regulamento empresarial, conferindo-lhe efeitos de atos de vontade unilateral.

3) No tocante à terceirização no direito do trabalho, contrato de emprego e suas modalidades, seus elementos integrantes, e trabalho voluntário, assinale a opção correta.

- A) O trabalhador temporário não tem direito a remuneração equivalente à percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora de serviços.
- B) O contrato a termo será válido em se tratando de atividades empresariais de caráter transitório.
- C) Quando o prestador de serviços for ressarcido das despesas que comprovadamente realizar no desempenho de suas atividades, por força do contrato celebrado, isso não será considerado trabalho voluntário.
- D) O tomador de serviços não será responsável pelo adimplemento das obrigações trabalhistas do empregador, mesmo nos casos em que se constate a ilegalidade na contratação dos trabalhadores.
- E) Em se tratando de contrato a termo, a rescisão antecipada do contrato de trabalho, sem justa causa, dará direito ao empregado, a título de indenização, apenas ao recebimento de multa equivalente a 40% do saldo da conta vinculada do FGTS.

Gabarito comentado: A letra "B" é a correta (art. 443, § 2º da CLT).

- A) O trabalhador temporário terá direito à remuneração percebida pelos empregados da mesma categoria da empresa tomadora de serviços (art. 12, a, da Lei 6.019/74).
- C) O art. 3º da Lei 9.608/98, que trata do trabalho voluntário, diz que o prestador de serviços voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

D) A Súmula 331 do TST diz que a responsabilidade do tomador de serviços é subsidiária, porém, quando for ilegal a contratação dos serviços, o vínculo de emprego irá se formar diretamente com o tomador de serviços.

E) O art. 479 da CLT diz que os empregados que tenham celebrado contratos a termo e que sejam demitidos sem justa causa terão direito a receber metade da indenização a que teria direito até o término do contrato.

Espero ter ajudado.

Abraços a todos.

Até a próxima aula.